

Cadernos de estágio

Estágio curricular em gestão na educação especial inclusiva: práticas e desafios em escola regular de Extremoz (RN)

João Daniel Câmara¹

Maria Auxiliadora

Cristaldo da Silva

Anelita Fernandes de Amorim

Danilo Fernando Lima da Silva

Informações

1 joaodaniel.celin@gmail.com

Como citar este texto

CÂMARA, João Daniel; SILVA, Maria Auxiliadora Cristaldo da; AMORIM, Anelita Fernandes de; SILVA, Danilo Fernando Lima da. Estágio curricular em gestão na Educação Especial Inclusiva: prática e desafios em escola regular de Extremoz (RN). Cadernos de Estágio, v. 7, n. 3, 2025. DOI: [10.21680/2763-6488.2025v7n3ID40794](https://doi.org/10.21680/2763-6488.2025v7n3ID40794).



Resumo:

Este artigo aborda o papel da gestão escolar na implementação da educação especial inclusiva, com base na experiência de estágio supervisionado de dois estudantes do curso de 2ª licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), na Escola Estadual Almirante Tamandaré, em Extremoz/RN, no período de novembro e dezembro do ano de 2024. A pesquisa visa compreender as práticas inclusivas da escola, identificar desafios da gestão e analisar a articulação entre os membros da comunidade escolar. O estudo qualitativo, com dados coletados por observação, entrevistas e análise documental, revela que, apesar dos avanços em infraestrutura acessível e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), persistem dificuldades, como a capacitação contínua dos docentes e a colaboração entre profissionais. O artigo propõe melhorias na gestão, incluindo a atualização do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e ampliação da formação docente durante a semana da inclusão.

Palavras-chave: educação especial inclusiva; gestão escolar; atendimento educacional especializado; formação docente.

1. Introdução

Este trabalho tem como objeto de estudo as práticas e os desafios da gestão escolar em uma perspectiva inclusiva durante a vivência no Estágio Supervisionado Obrigatório realizado na Escola Estadual Almirante Tamandaré, apresentado ao componente curricular *Estágio Gestão na Educação Especial Inclusiva*, pertencente à estrutura curricular do curso de Segunda Licenciatura em Educação Especial Inclusiva da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

O referido componente teve como foco a prática docente na Gestão em Educação Especial Inclusiva, com uma carga horária total de 60 horas. Essas horas foram destinadas à discussão teórica de textos indicados para leitura obrigatória e complementar, à realização de entrevistas com a gestão escolar, coordenação pedagógica e professora de AEE, além da elaboração de um relatório de estágio e do planejamento de uma proposta de intervenção em nível de gestão, a ser implementada na escola pública regular de ensino durante a semana pedagógica e na II Semana da Inclusão de 2025.

A realização do referido estágio supervisionado foi de extrema importância para a nossa formação docente, pois possibilitou um entendimento mais aprofundado sobre as práticas pedagógicas inclusivas, os desafios enfrentados na educação especial

e as dinâmicas de gestão no ambiente escolar. Essa experiência permitiu não apenas a observação e análise das estratégias aplicadas, mas também o envolvimento direto em ações que contribuem para a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais específicas (NEE). Além disso, o estágio teve uma relevante dimensão social, já que, por meio do suporte oferecido pelos estagiários, a gestão e a comunidade escolar ganharam suporte na implementação de práticas inclusivas, com vistas a fortalecer o compromisso da escola com a equidade e a valorização da diversidade, por meio da revisão do PPP e das ações voltadas à II Semana Pedagógica da escola. Para isso, levantamos dados sobre a realidade escolar, por meio de entrevistas estruturadas em três eixos, a saber: Gestão Educacional, Gestão Pedagógica e Gestão da Prática Pedagógica.

A fundamentação teórica desta produção que orientaram nossas práticas pedagógicas inclusivas estiveram alicerçadas em legislações e documentos normativos que orientam a Educação Especial Inclusiva no Brasil, como a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), que assegura os direitos das pessoas com deficiência, e o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), que estabelece metas e estratégias para a inclusão escolar. Também se destaca a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que propõe diretrizes para o atendimento educacional especializado, e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), que reforça a importância de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades dos estudantes com NEE.

Complementando essa base teórica, foram considerados estudos de autores como Cenci e Koff (2013), que discutem a organização da gestão e da inclusão, e Silva e Cenci (2022), que analisam a gestão da educação especial inclusiva no Rio Grande do Norte. Além disso, a Resolução nº 03/2016 do CEB/CEE/RN contribuiu para a compreensão das normas que regulamentam o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Esse referencial teórico fundamentou a aplicação de estratégias pedagógicas inclusivas que promovessem a capacitação docente que refletiram na aprendizagem e no desenvolvimento dos estudantes NEE em suas especificidades.

Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho é analisar a gestão da Educação Especial Inclusiva na Escola Estadual Almirante Tamandaré, com ênfase na formação docente e nas práticas pedagógicas adotadas. Quanto aos objetivos específicos, destacam-se:

- a) compreender o funcionamento das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) da escola em questão;
- b) identificar os desafios e potencialidades na implementação de práticas inclusivas;

c) avaliar a articulação entre os profissionais da escola, as famílias e os órgãos gestores para a promoção de uma educação inclusiva de qualidade.

2. Percurso metodológico

A metodologia representa a aplicação de procedimentos e técnicas fundamentais para a construção do conhecimento científico, na busca por validar sua eficácia e relevância em diferentes contextos sociais. No âmbito aplicado, Prodanov e Freitas (2013) analisam, descrevem e avaliam métodos e técnicas de pesquisa que possibilitam a coleta e o processamento de informações, contribuindo para a solução de problemas e questões investigativas. Dentro dessa perspectiva, a pesquisa qualitativa estabelece uma relação inseparável entre a realidade objetiva e a subjetividade do sujeito, enfatizando a interpretação e a atribuição de significados como elementos centrais (Gil, 2019). Dispensa o uso de métodos estatísticos, tem o ambiente natural como principal fonte de dados e o pesquisador como instrumento essencial. Além de seu caráter descritivo, analisa os dados de forma indutiva, priorizando o processo e seus significados. Nesse ínterim, a presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em um estudo bibliográfico com levantamento de dados por meio de entrevistas em que se observou as práticas inclusivas a nível de gestão em articulação com os membros da comunidade escolar.

91

Quadro 1: roteiro das entrevistas estruturadas

ESTÁGIO GESTÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO/ENTREVISTA

EIXO 1 – GESTÃO EDUCACIONAL

- 1-** Como as secretarias e o Estado propõem e acompanham as ações da educação especial na perspectiva inclusiva na região e nas escolas?
- 2-** Quais documentos norteiam as ações da Direc e da secretaria na área de educação especial?
- 3-** Existe Centro de Apoio Especializado no município? Como é o atendimento às crianças com necessidades educacionais específicas?
- 4-** Se houver, fazer visita e conhecer as ações e os profissionais
- 5-** As secretarias e/ou a Direc promovem encontros e formações na área?
Relate as mais recentes
- 6-** Visitar/conversar com os responsáveis pelo setor de educação especial da secretaria e da Direc: quais as dificuldades, quais as atribuições e serviços?

EIXO 2 – GESTÃO ESCOLAR

- 1-** Contextualizar a escola: histórico, perfil dos estudantes, estrutura, etc. Verificar a acessibilidade física da escola;
- 2-** Analisar o PPC da escola no que se refere o acesso, a permanência e a aprendizagem de estudantes com necessidades educacionais específicas;
- 3-** Verificar se o plano de gestão da escola contempla ações na área de educação especial na perspectiva inclusiva;
- 4-** Conversar/entrevistar os gestores: abordar o processo de atendimento de alunos com necessidades educacionais específicas. As ações da gestão.
 - A)** Indagar como compreende a inclusão escolar
 - B)** Qual o entendimento sobre os estudantes com deficiência ou necessidades específicas?
- 5-** Existe conselho escolar na escola? Como funciona? Contempla temáticas da inclusão escolar?
- 6-** Quais as atribuições da coordenação pedagógica? E como essas atribuições dialogam com a inclusão escolar? Como ocorrem os planejamentos e as reuniões com os professores? As questões de aprendizagem dos estudantes com necessidades específicas são discutidas?
- 7-** A escola e a coordenação pedagógica estabelecem interlocução com as famílias? Como? E com as famílias dos estudantes com necessidades específicas?

EIXO 3 – GESTÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

- 1-** Na escola existe Sala de Recurso Multifuncional? Como funciona e como atende as crianças? Visite. Observe as atividades. Converse com as profissionais da sala
- 2 –** Se não há sala de SRM na escola, aonde os estudantes com necessidades específicas são atendidas pelo AEE? Visite. Observe as atividades. Converse com as/os profissionais.
- 3-** Os profissionais de AEE vão à sala de aula? As crianças são atendidas no contraturno ou são retiradas da sala de aula? Eles orientam os professores ou atuam em articulação em sala de aula?
- 4-** Existem profissionais de apoio ou auxiliares nas salas de aula? Há formação ofertada pela escola ou pela SRM ou AEE? Qual a formação dessas pessoas?
- 5-** Como é a relação entre os professores da sala de aula, os profissionais

de apoio e a SRM? Há um planejamento conjunto ou colaborativo?
6- Os professores ou a SRM dialogam com os familiares de estudantes com necessidades específicas? Como e em quais situações?

Fonte: material disponibilizado no componente curricular Estágio Gestão na Educação Especial Inclusiva, no Curso de Segunda Licenciatura EaD em Educação Especial Inclusiva da UFRN.

Dessa maneira, este estudo foi conduzido em diferentes etapas inter-relacionadas. Inicialmente, foram realizadas entrevistas estruturadas por meio de questionários aplicados à equipe gestora, à coordenação pedagógica e à professora de AEE. Essa abordagem possibilitou, durante o estágio supervisionado obrigatório, uma reflexão mais aprofundada sobre os desafios observados no contexto escolar. Posteriormente, as percepções e vivências registradas em campo com os entrevistados foram organizadas e documentadas no relatório de estágio, garantindo um embasamento sistemático para a análise. Por fim, como resultado das reflexões desenvolvidas ao longo do processo, elaboramos uma proposta de intervenção voltada à gestão escolar, com a finalidade de ser implementada na semana pedagógica de 2025, contribuindo para o aprimoramento das práticas inclusivas na instituição.

93

3. Educação Inclusiva na Escola Estadual Almirante Tamandaré: caracterização, desafios e propostas de intervenção

3.1. Caracterização da escola ambiente do Estágio

A Escola Estadual Almirante Tamandaré, situada na Rua Almirante Newton Braga de Faria, nº 145, no Conjunto Estrela do Mar, em Extremoz - RN. Foi fundada em 1982 e recebe alunos de diversas regiões do município. A maioria dos estudantes provém de famílias de baixa renda e com nível educacional reduzido. A escola atende cerca de 1.600 alunos e está localizada em uma área urbana e central de Extremoz, em uma região movimentada da cidade. O estabelecimento oferece ensino

1 O Ensino Médio pode ser ofertado em diferentes modalidades, como o Ensino Médio regular, voltado ao público jovem em idade regular (normalmente entre 15 e 17 anos); o Ensino Médio na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos), direcionado a pessoas que não concluíram essa etapa na idade apropriada; e outras possíveis variações como o Ensino Médio Integrado (em que o estudante cursa o ensino médio junto com uma formação técnica). Cada uma dessas modalidades apresenta objetivos, metodologias e perfis de estudantes distintos, o que demanda práticas pedagógicas e gestões específicas, especialmente no que se refere à inclusão educacional (BRASIL, 2018).

regular nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio¹ e, no turno noturno, a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), além do Ensino Médio regular. A escola funciona em três turnos: matutino, vespertino e noturno. Em relação à acessibilidade, a escola conta com rampas de acesso, portas largas para facilitar a entrada de alunos usuários de cadeira de rodas e banheiros adaptados.

No contexto do atendimento educacional especializado, a escola conta com professores de educação especial para alunos com maior complexidade, como estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) com suporte nível III e alunos com Transtorno do Desenvolvimento Intelectual (TDI) severo, além de formações periódicas realizadas pela 1ª Diretoria Regional de Educação e Cultura (Direc) e pela Subcoordenadoria de Educação Especial (SUESP). Apesar disso, enfrentam-se desafios, como a falta de transporte suficiente para os alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE), a dificuldade de acesso a terapias e a necessidade de maior integração com os serviços de saúde.

3.2. Contextualização da Gestão educacional

94

A gestão educacional voltada para a educação especial no estado do Rio Grande do Norte é articulada por diferentes instâncias e profissionais, buscando garantir a inclusão e o desenvolvimento pedagógico dos estudantes com NEE. A Secretaria Estadual de Educação, através da 1ª Direc e da SUESP, desempenha um papel essencial no planejamento e execução das ações nessa área, promovendo formações regulares para os profissionais envolvidos e oferecendo suporte técnico e pedagógico.

Na escola onde foi realizado o campo de estágio, há uma assessora pedagógica² que atua como ponte entre a instituição e a Secretaria de Educação. Essa representante é responsável por orientar tanto os processos administrativos quanto pedagógicos, fortalecendo o vínculo entre as diretrizes estaduais e a realidade escolar. Além disso, a gestão escolar conta com o suporte de uma Supervisora de Educação Especial da 1ª Direc, que promove formações docentes e acompanha o trabalho realizado pelos professores da educação especial. O assessor pedagógico³ atua como articulador entre SEEC, DIREC e escolas, promovendo a qualificação da gestão e das práticas pedagógicas. Suas atribuições incluem o acompanhamento dos Planos de Ação e do PPP, a promoção de formações continuadas, a análise de avaliações para

2 Portaria SEI 4522 de 26 de setembro de 2024.

3 Portaria-SEI Nº 185, de 05 de maio de 2020.

subsidiar intervenções, além da orientação quanto ao cumprimento da legislação educacional vigente. Também cabe a esse profissional monitorar o planejamento escolar, fomentar a gestão democrática e utilizar tecnologias para garantir a eficácia do assessoramento pedagógico.

O suporte aos estudantes NEE envolve diferentes profissionais, como professores que dão suporte na sala regular, intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), professores do AEE e professora da SRM. A base normativa que orienta essas práticas inclui o Plano Nacional de Educação, a Lei Brasileira de Inclusão, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva (2008), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), a Resolução nº 03/2016 do CEB/CEE/RN e outras legislações e manuais pertinentes à área da educação especial. Esses documentos asseguram os direitos dos estudantes e garantem respaldo legal para as práticas pedagógicas.

No entanto, o PPP ⁴ da instituição precisa passar por revisão coletiva em relação à inclusão escolar. Embora mencione a importância de formas de integração, observa-se que o uso do termo “integração” já nos sinaliza a importância de uma reformulação do documento na perspectiva inclusiva. Faz-se necessário a incorporação no documento da importância do Atendimento Educacional Especializado, da função do professor de Educação Especial, assim como o destaque à efetivação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para atender as peculiaridades dos alunos que necessitam deste instrumento avaliativo, com vistas a nortear e conscientizar a equipe para um trabalho colaborativo⁵. Além disso, não há uma abordagem específica e detalhada sobre os estudantes NEE, ou seja, sentimos a necessidade de incluí-los no documento. Essa lacuna no PPP é preocupante, considerando a demanda significativa de 60 alunos com NEE matriculados nos três turnos da escola.

A coordenação pedagógica desempenha um papel crucial no acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, orientando professores e promovendo formações voltadas à inclusão escolar. Essas iniciativas visam assegurar que os estudantes NEE sejam efetivamente incluídos nas atividades pedagógicas, com adaptações de materiais necessárias e um olhar atento às suas potencialidades.

4 Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o documento coletivo que orienta a organização e as práticas pedagógicas da escola, articulando princípios, objetivos e ações para atender à realidade e às necessidades da comunidade escolar, visando à formação cidadã e à melhoria do ensino (Veiga, 2003).

5 O trabalho colaborativo em educação especial envolve a atuação conjunta de profissionais, famílias e comunidade para garantir uma inclusão efetiva, promovendo a troca de saberes e a construção de práticas educativas compartilhadas (Sassaki, 2017).

Figura 1 - fotografia da reunião com a professora da SRM, da Educação Especial e os pais.



Fonte: acervo dos estagiários. Descrição da imagem: fotografia tirada em formato de selfie, na biblioteca da escola. Em primeiro plano, está a professora da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), que aparece em destaque. Ao fundo, estão algumas professoras da educação especial vestindo fardas e alguns pais, com roupas comuns em cores variadas. O ambiente apresenta estantes de livros e iluminação natural.

As reuniões entre a equipe de AEE e os pais dos alunos com NEE ocorrem regularmente e desempenham um papel essencial na inclusão e no acompanhamento desses estudantes. Realizadas bimestralmente ou conforme a necessidade, essas reuniões promovem um diálogo constante entre a escola e as famílias, fortalecendo a parceria no processo educacional. Além dos encontros com a professora de Educação Especial, também são organizadas reuniões na Biblioteca Professor Milton Alfredo, reunindo os profissionais da Educação Especial e os responsáveis pelos alunos. Na figura 1, vemos um desses momentos que possibilitam a troca de informações, a definição de estratégias e a construção de um suporte pedagógico mais eficaz, contribuindo para um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

A gestão da Escola Estadual Almirante Tamandaré demonstra esforços em promover a inclusão por meio do apoio técnico-pedagógico, da articulação com profissionais da educação especial e do diálogo com as famílias. No entanto, a ausência de diretrizes claras sobre inclusão no Projeto Político Pedagógico revela a necessidade de fortalecer essa dimensão, integrando princípios como equidade, acessibilidade e colaboração. É essencial que a gestão escolar assuma um papel mais propositivo, investindo em formação continuada e adequações institucionais para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva (Glat; Blanco, 2007; Oliveira, 2011).

3.3. A Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) e o Atendimento Educacional Especializado (AEE)

A SRM da escola funciona exclusivamente no turno vespertino, uma vez que a professora do turno matutino se aposentou no início do ano e ainda não foi substituída pelo Estado. A professora do AEE em atividade possui formação em Pedagogia, com especializações na área de Leitura e Literatura e Atendimento Educacional Especializado. O atendimento ocorre no contraturno, duas vezes por semana, com sessões de 50 minutos para cada estudante.

Na SRM, encontramos um espaço destinado ao atendimento das necessidades individuais desses estudantes. Esse ambiente oferece recursos pedagógicos e tecnológicos de baixo custo que favorecem o desenvolvimento escolar. Os alunos experenciam jogos adaptados, atividade que visa estimular habilidades cognitivas, motoras e de socialização de maneira acessível e inclusiva. A utilização desses jogos podem proporcionar um aprendizado lúdico e interativo, permitindo que os estudantes NEE se envolvam ativamente no processo educativo de forma interativa, além de ser um espaço de aplicação e orientação de atividades adaptadas. Foi possível verificar a adesão de todos os professores da sala comum aos recursos da SRM, que assumiram o compromisso em elaborar materiais adaptados e compartilhá-los com os profissionais de AEE.

Na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) da Escola Estadual Almirante Tamandaré, o documento adotado como referência é o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE). A elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) é de responsabilidade do professor da sala comum, porém ocorre em colaboração com o professor da SRM, a equipe gestora, a família e demais profissionais envolvidos no processo educacional. Os estudantes atendidos na SRM apresentam diferentes tipos de deficiências, como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Deficiência Intelectual (TDI), Síndrome de Down, cegueira e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Durante o período de estágio, observou-se a utilização de materiais concretos, jogos didáticos e atividades impressas, todos planejados com base nos objetivos definidos no PEI de cada aluno. Apesar dos avanços, o trabalho apresenta desafios, especialmente no que se refere à irregularidade na frequência dos estudantes e à escassez de suporte especializado em diversas situações.

3.4. Reflexões sobre o Percurso Construído

A partir das observações realizadas durante o estágio supervisionado e das entrevistas estruturadas com profissionais da escola, foi possível identificar que a educação especial na instituição apresenta uma estrutura que depende fortemente da articulação entre gestão, equipe pedagógica, professores e famílias. A problematização que norteou essa análise foi: como a gestão escolar e os diferentes atores envolvidos contribuem efetivamente para a inclusão dos estudantes com deficiência no cotidiano escolar? As formações promovidas pela SUESP e pela 1ª DIREC foram apontadas, nas entrevistas, como importantes espaços de reflexão e aprimoramento, porém, observou-se que essas ações formativas nem sempre alcançam os professores da sala regular — justamente aqueles que enfrentam, cotidianamente, os desafios da inclusão. Além disso, constatou-se que o uso de plataformas digitais, como grupos de WhatsApp com as famílias e com a equipe do AEE, constitui uma estratégia eficaz para o acompanhamento das atividades escolares e a troca de informações, promovendo um suporte técnico mais contínuo aos estudantes.

98

Ressaltamos a importância de eventos escolares que fomentem a discussão e formação do corpo docente por meio de atividades como II Semana da Inclusão da Escola Estadual Almirante Tamandaré, promovida no mês de abril de 2024, que contemplou em sua programação atividades diversificadas durante 03 três dias, com vivências inclusivas e palestras formativas com convidados da área da Educação Especial, envolvendo toda a comunidade escolar. No primeiro dia, houve a abertura oficial com falas da direção, coordenação e Sala de Recursos, seguidas por apresentações culturais e palestras sobre o autismo, direcionadas a estudantes do ensino fundamental e médio, em diferentes turnos. No segundo dia, foram realizadas oficinas de Libras para o ensino médio e EJA, palestras sobre educação inclusiva voltadas para pais de alunos especiais e relato de experiência e vivências inclusivas no âmbito da deficiência visual destinado ao ensino médio. O terceiro dia incluiu atividades físicas adaptadas para alunos do ensino fundamental e médio, além de oficinas sobre inclusão direcionadas aos professores. A programação buscou sensibilizar, capacitar e integrar alunos, professores e famílias, promovendo uma cultura inclusiva no ambiente escolar.

Apesar das iniciativas e ações inclusivas fomentados pela escola, os desafios permanecem. A carência de recursos humanos, como mais professores de apoio e especialistas, prejudica o atendimento integral aos estudantes NEE, bem como a falta de um Centro de Apoio Especializado no município de Extremoz também impacta negativamente o acesso às terapias necessárias que se somariam ao acompa-

mento escolar.

3.5. Proposta de intervenção

Nesta subseção, apresentamos uma proposta de intervenção em nível de gestão, voltada para a atualização coletiva do PPP da escola e a capacitação docente durante a semana pedagógica de 2025.

Proposta de intervenção em nível de gestão: semana pedagógica

Justificativa

A proposta de intervenção vai além da revisão do Projeto Político-Pedagógico (PPP), buscando fortalecer uma gestão escolar mais inclusiva e democrática. Parte-se da necessidade de atualizar coletivamente o PPP para que ele reflita os princípios da educação inclusiva, contemplando de forma clara e efetiva o atendimento aos estudantes com NEE. Essa reformulação visa alinhar o documento às práticas pedagógicas atuais e às demandas da comunidade escolar, assegurando o reconhecimento das especificidades desses alunos no planejamento institucional. Para potencializar esse processo, propõe-se a realização de uma formação continuada com o corpo docente, no início do ano letivo, durante a primeira semana pedagógica, com foco na sensibilização e capacitação dos educadores para o trabalho com a diversidade. A intenção é fomentar uma cultura escolar colaborativa, onde todos os profissionais estejam comprometidos com o desenvolvimento de estratégias pedagógicas acessíveis e com a construção de um ambiente escolar que respeite as diferenças e promova a equidade.

Objetivos

- Revisar e atualizar coletivamente o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, incorporando diretrizes claras para o atendimento de alunos com NEE, com ênfase na educação inclusiva;
- Realizar formações com o corpo docente durante a primeira semana pedagógica, abordando práticas pedagógicas inclusivas e a utilização de recursos adaptados para alunos com deficiências.

Metodologia

A intervenção será dividida em duas etapas principais: revisão do PPP:

(i) será formado um comitê de revisão, composto por professores, coordenadores pedagógicos e profissionais da Educação Especial. A revisão do PPP ocorrerá em reuniões colaborativas, onde serão discutidas e incorporadas estratégias pedagógicas inclusivas, como adaptações curriculares e metodológicas, além da implementação de práticas de acompanhamento para os alunos com NEE;

(ii) formação do corpo docente: durante a primeira semana pedagógica, serão realizadas oficinas e palestras com o corpo docente, com foco em estratégias de ensino inclusivas. Essas formações incluirão a utilização de recursos pedagógicos e tecnologias assistivas (TA). O formato será interativo e participativo, com dinâmicas de ensino e exemplos práticos para que os professores compreendam e possam aplicar no dia a dia da sala de aula, bem como daremos orientações de como pensar e elaborar o PEI dos estudantes.

Agentes afetados/implicados:

100

Professores: Os docentes serão os principais agentes da mudança, pois terão a oportunidade de aprimorar suas práticas pedagógicas inclusivas;

Coordenadores pedagógicos e profissionais da Educação Especial: Serão os responsáveis pela organização das formações e revisão do PPP, além de fornecer apoio contínuo aos professores;

Alunos: A principal finalidade da intervenção é promover um ensino mais inclusivo e adaptado às necessidades de todos os estudantes, com especial atenção a

Expectativas esperadas e resultados esperados incluem:

Espera-se que, com a revisão do PPP e a capacitação do corpo docente, a escola passe a adotar práticas pedagógicas mais inclusivas, com maior atenção às necessidades dos alunos com NEE. A intervenção visa contribuir para a implementação de adaptações curriculares e metodológicas no ensino regular, promovendo a inclusão efetiva dos estudantes com deficiência e garantindo um ambiente educacional mais acessível e igualitário. Além disso, pretende-se aumentar o engajamento e a compreensão dos docentes sobre a importância da inclusão escolar, capacitando-os para aplicar estratégias pedagógicas inclusivas em suas práticas diárias. A intervenção também busca aprimorar o acompanhamento pedagógico dos alunos com NEE,

proporcionando um suporte contínuo que favoreça seu pleno desenvolvimento. A longo prazo, espera-se fortalecer uma cultura escolar inclusiva, na qual todos os membros da comunidade — alunos, professores e familiares — se sintam parte integrante desse processo, comprometendo-se com a oferta de uma educação de qualidade para todos.

4. Considerações finais

O estudo realizado permitiu observar e compreender, de maneira prática, a dinâmica da gestão educacional e o funcionamento das ações voltadas à educação especial na Escola Estadual Almirante Tamandaré. Os objetivos traçados inicialmente puderam ser alcançados, visto que foi possível vivenciar os processos administrativos, pedagógicos e as interações entre os diversos agentes envolvidos, desde a Secretaria de Educação até a equipe escolar local.

Durante o período de estágio obrigatório, uma das principais conquistas foi o aprofundamento na compreensão das práticas inclusivas, identificando tanto os avanços quanto os desafios existentes. A articulação entre os profissionais da educação especial e o apoio recebido da gestão escolar foram aspectos positivos, que evidenciaram o compromisso com a inclusão e o atendimento às necessidades educacionais especiais (NEE). Além disso, os momentos de troca de experiências, como as formações entre os docentes e reuniões, proporcionam aprendizados e trocas enriquecedoras sobre estratégias pedagógicas e sobre a importância da comunicação entre os membros da comunidade escolar.

Entretanto, também foram identificadas dificuldades que impactaram o pleno desenvolvimento das ações inclusivas. A carência de recursos humanos, como a ausência de professores em determinados turnos na SRM, e as limitações estruturais, como a falta de centros especializados no município de Extremoz, foram os maiores desafios.

Em resumo, as vivências no estágio reafirmaram a relevância da formação contínua e da atuação colaborativa entre os profissionais da educação para a construção de uma educação inclusiva de qualidade para os nossos educandos. Apesar das adversidades, os ganhos observados reforçaram a necessidade de fortalecer as políticas públicas e as ações pedagógicas que assegurem os direitos dos estudantes com NEE, promovendo um ambiente escolar cada vez mais equitativo e acolhedor a este público.

5. Referências

GRUPO DE TRABALHO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomEaDo pela **Portaria nº 555/2007**, prorrogada pela Portaria nº 948/2007. Política nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

102

CENCI, Adriane; KOFF, Lucia Bernadette Fleig. **A organização da gestão e da inclusão**. In: Camine, v.5, n.1. 2013. p.1-15.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – CEE/RN. **Resolução nº 03/2016-CEB/CEE/RN**, de 23 de novembro de 2016. Fixa normas para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, 10 dez. 2016. Disponível em: https://www.diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20161210&id_doc=557370. Acesso em: 11 mar. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2019.

GLAT, Rosana; BLANCO, Rosana. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** Rio de Janeiro: Wak, 2007.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Gestão escolar e inclusão: desafios contemporâneos da educação pública brasileira. In: SILVA, Ana Maria Almeida; GARCIA, Regina Leite (orgs.). **Educação Inclusiva**: caminhos e descaminhos da escola pública brasileira. Campinas: Papirus, 2011. p. 47-64.

SILVA, Raquel Medeiros da; CENCI, Adriane. A Gestão da Educação Especial Inclusiva no Município do Natal e no Estado do Rio Grande do Norte. In: **Letra Magna**, v.18, n.30. 2022. p.24-44.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Feevale, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/jdani/Downloads/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 29. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2017.

- 103** VEIGA, Ilma Passos. **Projeto Político Pedagógico**: organização da escola e prática docente. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.